

VIOLÊNCIAS DIÁRIAS, VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: AMAR OU ODIAR? QUAL É O VERBO?

VERA LÚCIA PUGA*

Resumo: Este artigo trabalha com a violência de gênero existente em nossas sociedades. Nelas, homens e mulheres são construídos dentro de papéis ditados pelos binarismos sociais, nos quais os homens representam os seres produtivos, poderosos e as mulheres os reprodutivos, submissas. Como exemplo de agressividade entre os sexos, damos visibilidade ao caso extremo de assassinato, em Minas Gerais, anos de 1970, quando Doca Street elimina Angela Diniz, a Pantera de Minas.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Construção de papéis sexuais; poder; Binarismos.

Abstract: This article works with gender's violence that exist in our society. In them, men and women are constructed in dictaded roles by social binarisms, in which men represent productive and powerful beings, and women the reproductive and submissive. As an example of aggression between the sexes, we give visibility to the extreme case of murder, in Minas Gerais, in the 1970s, when Doca Street eliminates Angela Diniz, the Minas' Panther.

Key-words: Gender's violence; Construction of gender roles; Power; Binarisms.

“Sozinhas, as ideias não fazem história, as forças sociais e econômicas também agem; mas as ideias não são apenas puro efeito passivo. De início tornam os atos possíveis; em seguida, permitem que sejam aceitos: trata-se, afinal de contas, de atos decisivos.”¹

No Brasil do século XXI encontramos estatísticas de violência contra as mulheres que têm tido maior visibilidade a partir de movimentos feministas, de criação das delegacias para as mulheres, de políticas públicas capazes de permitir que essas mesmas mulheres se sintam mais abrigadas pelo Estado, mesmo que algumas delas revejam suas denúncias e peçam a

* Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: <puga.veralucia@gmail.com>.

¹ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 14-15.

soltura do companheiro ou marido. As mulheres não fazem isso como forma de repetir aquilo que está dado na sociedade: mulheres são seres inferiores, submissas, dependentes. Algumas de nós o fazem justamente porque somos uma construção. Somos construídas como menores e, muitas vezes, acreditamos nesta modelagem, modelagem essa que é binária, hierárquica, que se baseia na “natureza biológica” justamente para que não exista a mudança. “Se é natural, se nascemos assim, devemos permanecer assim”. Isso tudo para que não possamos sequer questionar as diferenças, as capacidades, para que nos submetamos ao poder dos homens.

A realidade de violência entre casais, porém, mostra que até a criação das Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher, ou seja, uma das políticas públicas para fomentar as denúncias de violência, o silêncio era o pacto entre os casais. Na sociedade brasileira de forma geral as pessoas não se envolviam e hoje ainda não se envolvem nas chamadas discussões ou brigas de casais, pois existe uma construção cultural da posse do corpo feminino pelo masculino, o poder do patriarca sobre a casa, os bens imóveis, os filhos e filhas, a esposa ou companheira. “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Essa é uma tradição vinda da legislação portuguesa que fincaram raízes no Brasil. Desta forma, na lei e na prática algumas mulheres deviam obediência aos homens, chefes da casa, maridos. Entendemos como Peter Gay, que a sociedade, desta maneira, detém as rédeas da violência. Conforme o autor, “o tipo de agressividade que uma cultura recompensa ou deprecia, legaliza ou bane, obviamente depende dos tempos e das circunstâncias, dos riscos e vantagens percebidos, dos hábitos sociais de rebeldia ou de conformidade.”²

Na cultura que vivemos e que nos construiu não cabe a possibilidade da existência de múltiplos sujeitos. Não enxergamos o outro como igual a nós. Nesta relação o poder se romper com esse estabelece. Nesta cultura é versegado o processo de dominação de uns sobre outros. E, desta forma, negamos a alteridade e a cultura do outro. É só através da alteridade que conseguimos processo, é ela que nos possibilita enxergar os OUTROS, os diferentes de nós e permite, assim, o convívio e o respeito de uns por outros e vice versa.

Em nossa sociedade a educação torna-se um fenômeno cultural. É por ela que temos conhecimento de costumes, tradições, práticas comportamentais, valores. É ela que nos informa os iguais e os diferentes, os fortes e os fracos, é ela, enfim que nos direciona para o respeito ou desrespeito ao OUTRO. Para Sidekum,

² GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. O Cultivo do Ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 12.

A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita. O método pedagógico é função da cultura existente.³

Portanto, é a cultura que nos faz ou permite identificar ou diferenciar as pessoas como aquelas que pertencem ou que de forma absoluta nada dizem a nós. É ela enfim que nos faz avaliar o outro como “fonte de todo o mal”, ou como nossos irmãos. Aqui nos referimos à diversidade de povos e nações, etnias, culturas, modos de viver, comer, pensar e agir, e podemos também narrar as violências e extermínios de civilizações inteiras, violências físicas, como os estupros durante as guerras, mas dizer também de uma violência moral e legal e diante dessas agressividades humanas refletirmos acerca das relações construídas entre homens e homens, mulheres e mulheres e entre homens e mulheres. Veiga-Neto ao trabalhar a violência entre povos relata que:

Não obstante, não é só na eliminação física que se realiza o ato expulsor. Essa é a sua face mais óbvia. Mas não a única e nem sequer a mais típica nestas últimas décadas [século XX]. A própria civilização desloca a violência externa à coação interna, mediante a regulação das leis, costumes e moralidades. Regulação que, longe de qualquer pensamento maniqueísta, tem de ser analisada no contexto do aumento de cadeias sociais de interdependência (Elias, 1987) como também no marco dos dispositivos de construção de sujeitos e regimes de verdade (Foucault, 1990).⁴

Entendemos aqui um conjunto de fatores determinantes nesta cultura que diferencia e hierarquiza. Nela estão presentes os discursos, as instituições normatizadoras (Foucault) como os colégios, a família e todas as suas ideias, leis, a moral e os costumes. Ao pesquisarmos as Minas Gerais, percebemos que elas não ficam a dever ao país. Neste pedaço de chão se construiu um ideal de bons costumes, de tradição, valores transmitidos pela cultura e pelas tecnologias de gênero a toda uma população.

Presente nos discursos políticos, nos versos de poetas, nas falas da imprensa - os estereótipos da família tradicional mineira, a cordialidade, a hospitalidade, o trabalho realizado em silêncio - são representações que perpassam momentos históricos e que ainda hoje traduzem para muitos uma situação de fato.

³ SIDEKUM, Antonio. Cultura e Alteridade. In: TREVISAN, Amarildo Luiz e TOMAZETTI, Elisete Medianeira (Orgs.). *Cultura e Alteridade: confluências*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006, p. 111.

⁴ VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para Excluir. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (Orgs.) *Habitantes de Babel*. Políticas e Poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 121.

Em pesquisa realizada para a dissertação de mestrado⁵, ao recuperar a educação e sexualidade de homens e mulheres no Triângulo Mineiro, nos anos de 1960, ficou evidente que tanto a família quanto a escola diferenciavam e hierarquizavam os sexos na educação formal e informal dos jovens. Construindo ou reforçando tabus, a sociedade educou os homens para sustentar o lar, para se transformarem em chefes de família, produzindo o que chamamos de dupla moralidade burguesa, pois ao mesmo tempo em que essa sociedade determinava o casamento como objetivo máximo a ser alcançado por homens e mulheres, permitiu-lhes o desenvolvimento de suas sexualidades utilizando as casas de prostituição, entendidas como “mal necessário”. Diferentemente, as mulheres, foram preparadas para assumirem os papéis de donas de casa, esposas e mães dedicadas. Para Sidekum,

A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita. O método pedagógico é função da cultura existente.⁶

Toda essa educação e construção de homens e mulheres pela chamada educação formal e informal e de discursos não passam, como diz Lauretis, de tecnologias sociais de gênero. Tecnologias essas que constroem o gênero como produto e processo, seja na escola, na igreja, na família, nos discursos jurídicos, na academia e até mesmo no feminismo.⁷

De acordo com os levantamentos realizados em Minas Gerais é possível perceber no discurso da mídia, dos médicos, dos religiosos e de professores que o modelo de Família Tradicional mineira exigia que os preceitos morais relativos à honra, tradição, trabalho, honestidade, virgindade e fidelidade, deveriam estar presentes no corpo social, introjetados nas relações de gênero. O que não significa igualdade de ações para homens e mulheres. O desejo, o trabalho, a vida noturna, as traições eram, com certeza, privilégios do masculino.

Todo o Brasil possui seus exemplos de agressão, crimes que marcaram a memória e indignaram a opinião pública. Será? Ou indignaram algumas pessoas? São dramas e tramas, muitas vezes anônimos, de sujeitos pobres e que não chamam a atenção da mídia, porém, alguns se destacaram pela fama de seus atores. Mas, de uma forma ou de outra constata-se a subordinação feminina e o poder dos homens sobre as mulheres. Minas não escapa às estatísticas brasileiras e Angela Diniz é exemplo disso. Mineira de Belo Horizonte, agia de

⁵ PUGA DE SOUSA, Vera Lúcia. Internatos. *Caderno Espaço Feminino*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da UFU. Gráfica da UFU, Uberlândia, V.1. nº1. p. 37-61, jan/jun 1994.

⁶ SIDEKUM, Antonio. Cultura e Alteridade. In: TREVISAN, Amarildo Luiz e TOMAZETTI, Elisete M. (Orgs). *Cultura e Alteridade*. Confluências. Ijuí: Editora Unijui, 2006, p. 111.

⁷ Cf. LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

forma “libertária”, logo, contrária às leis seculares que regiam e normatizavam os costumes sociais. Filha de humilde costureira tornara-se com o passar dos anos estrela do “*high society*”.

Desquitou-se de Milton Villas Boas por incompatibilidade de gênios, motivo aceito à época e deu início às suas aventuras sentimentais. Ao deixar o colégio de freiras e o marido, imaginou ter partido algumas algemas que prendem as mulheres indistintamente. No entanto, a vida reservava a ela grandes surpresas.

Viveu com vários homens de seu agrado e afeto, destacando em seu currículo sentimental o empresário Artur Vale Mendes (Tuca), que acabou por matar um vigia que tentou assaltá-los, empunhando uma faca.

Um só detalhe constrangia a tradicional família mineira: Tuca atirou no assaltante, depois de sair da cama, onde dormia com Angela. **Homem de bem, pai de quatro filhos menores** – diziam os alcoviteiros – fora enfeitiçado pelas belezas da **Messalina**, cognominada Pantera de Minas. Prevendo o que poderia acontecer ao amante, Angela decidiu, ingenuamente, assumir o crime. Declarou-se responsável pelos disparos. Seu primeiro depoimento agradou a quantos desejavam vê-la por trás das grades, única forma de Belo Horizonte livrar-se da **mancha social** que ela representava.⁸

A partir do seu depoimento foi proibida de ficar com os filhos. Após ser inocentada mudou-se de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. Em agosto de 1976 conheceu Doca Street (Raul Fernando do Amaral Street), casado com a milionária Adélia Scarpa, 42 anos de idade, pai de um filho. Nesta época dizia aos amigos que havia encontrado a “mulher de sua vida”, no entanto,

A empregada Maria José contou à polícia que Angela passou a viver como se fosse escrava, presa em um quarto refrigerado e sendo frequentemente espancada por Doca, que não trabalhava, mas “comia e bebia do bom e do melhor”.⁹

É interessante imaginar de onde vinha o dinheiro para o sustento do casal em Búzios, na medida em que nem Angela nem Doca trabalhavam. Na época se chegou a ventilar na imprensa que os dois estavam envolvidos com “estrangeiros” que usavam e vendiam drogas. Os boatos que corriam diziam que os dois viviam muito bem, no mar, nas noites, no sexo, na cama e na mesa, nas farras onde a bebida corria à solta.

A Revista Manchete, através do repórter Salomão Schwartzman, conseguiu descobrir o paradeiro de Doca, o homem que ao disparar vários tiros em Angela (30/12/1976), fugiu e

⁸ LOUZEIRO, José. As Cinderelas Desencantadas. A Fama e o Drama de Angela Diniz. *Manchete*. 1995, s/p. (Grifos meus).

⁹ Idem, s/p.

resolveu dizer ao jornalista o porquê que matou a “Pantera de Minas”. Em frases curtas, com muito choro e a barba por fazer, confessa:

Foi uma paixão violenta, possessiva e total, somada a um ciúme doentio. Eu a amei, como jamais amei outra mulher. (...) **Eu quis dar a Angela uma outra imagem, queria que ela vivesse outra vida, que tornasse a ter os filhos perto dela, como verdadeira mãe.** Ela me prometeu que mudaria o seu comportamento mas, infelizmente **a bebida acabou estragando o nosso amor.** (...) Disseram que eu não deixava a Angela sair de casa. É verdade. Mas fazia isso por causa da **compulsão que ela tinha em provocar os homens** à sua volta. [E continuam as declarações até o momento do assassinato.] (...) Eu não sabia se ria ou chorava de alegria. Não imaginava qual seria a condição mas era ela quem propunha e aceitava a minha volta, mais uma vez.

-E qual é essa condição Angela? (não quis acreditar, ainda não acredito no que ouvi da boca de Angela). **Foi cruel demais.**

-Doca, você vai ter que dividir. Com homem e com mulher. Com todos que eu quiser. Vou agora para a praia e o primeiro homem que me der na telha e a primeira mulher que me encantar vou trazer aqui para nossa casa e você vai assistir e ficar calado. Topa?

-O não que berrei foi de um animal acuado.¹⁰

Ainda segundo o relato, Angela teria batido a bolsa do próprio amante em seu rosto, esparramando seu conteúdo pelo chão. O que tinha dentro da bolsa? Dentro dela tinha um revólver que Doca pegou e disparou inúmeras vezes no rosto de Angela. Para não se constatar a premeditação do crime a arma cai de uma bolsa, bolsa esta jogada pela vítima e não pelo réu. O alibi que se usa para a desumanização das pessoas é frequente no judiciário brasileiro. Ao retirar de Angela ou de qualquer pessoa as qualidades dos modelos construídos para mulheres e homens, dentro da sociedade cristã ocidental, tornamos esse outro um estranho, anormal, feio, sujo, diferente. E ao transformá-lo neste ser não identificável conosco, fica fácil sua eliminação.

Doca ao se retirar da cena do crime e se preservar para num futuro se entregar à polícia teve tempo de sobra para remontar as cenas. Só coube, neste sentido um narrador, pois Angela já havia sido enterrada.

Atuando num processo recheado de situações passionais, a defesa não perdeu tempo, armou o “velho” discurso do preconceito, mas que sempre dava certo nos tribunais. O discurso era composto da seguinte argumentação desclassificatória, contrária aos paradigmas sociais: a Angela era uma mulher que **bebia, fumava, transava sexualmente com muitos homens, vivia longe dos filhos** – o drama estava montado. Angela neste novo quadro era retratada para a sociedade brasileira como a não mulher, a não mãe, a não esposa. Angela

¹⁰ SCHWARTZMAN, Salomão. Doca – porque matei a mulher que amava. *Manchete*. Ano 24, nº1293, Rio de Janeiro: 29/01/1977, p. 04 a 15. (Grifos meus).

terminou sendo qualificada como “Messalina, Anjo do Mal, Mulher Escarlate”. Pouco adiantou a presença de mulheres no Júri popular de Cabo Frio ou de representantes de SOSs Mulheres, ou de associações de todos os tipos, ou ainda de feministas que lutaram a favor de Angela na Justiça, nesse caso, tendo como *slogan* os dizeres: “**quem ama não mata**”. Essa presença era contrabalançada por outras tantas mulheres que seguravam faixas, agitavam bandeirolas e davam vivas a Doca Street, o “herói matador”. Aquele que excluiu uma mulher diferente dos paradigmas da sociedade brasileira e principalmente da mineira.

Evandro Lins e Silva, o grande defensor de Doca acusou Angela de depravada e as feministas, apresentando cartazes, se revoltaram com os dois anos de penalidade recebida pelo réu. Angela estava enterrada, morta. Não podia se defender. Doca deu sua versão aos fatos. Apenas ele podia falar. Algumas frases denotam as questões suscitadas pelo dramático caso:

Nos marginalizam
 Nos bolinam
 Nos espancam
 Nos estupram
 Nos Assassinam!
 Basta de Violência contra as Mulheres!!¹¹

No primeiro julgamento Street recebeu dois anos, que deveriam ser cumpridos em liberdade, já que se tratava de réu primário. Veio o segundo julgamento e Doca recebeu uma pena de 14 anos, com direito a regalias. Ele cumpriu cinco anos da pena, parte dos quais em regime de prisão aberta, em Niterói, com direito a saídas diárias e lazer no fim de semana. Como relatou Louzeiro, Angela sim que recebeu pesada condenação:

Entrando para a galeria onde já estavam Aída Cury (1958), Lourdes Calmon (1960), as meninas Ana Lídia e Aracelli Cabrera Crespo (1973) e para onde seriam arrastadas Cláudia Lessin Rodrigues (1977), Mônica Granuzzo (1989) e Daniela Perez (1992), entre muitas outras vítimas do feroz machismo nacional.¹²

Como se não lhe bastasse o assassinato, trinta anos após matar Angela Diniz, Doca Street retorna à sociedade e resolve publicar um livro¹³ contando sua vida com Angela Diniz, a mulher assassinada, descrevendo como a conheceu, por intermédio da ex-mulher Adélia Scarpa e de que forma se apaixonou por ela. No desenrolar do drama o autor conduz mais uma vez os leitores à sua versão dos fatos, ou seja a um grande fim: o crime passionai. O interessante é que da mesma forma que Angela após a morte não teve voz nem testemunhas

¹¹ LOUZEIRO, José, op. cit. s/p.

¹² Idem. s/p.

¹³ STREET, Doca. *Mea Culpa*. O depoimento que rompe 30 anos de silêncio. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

que contrariassem as falas de Doca, ele, no livro MEA CULPA, reclama, nas páginas iniciais, que enquanto estava foragido,

Fiquei sabendo, tempos depois, que nas primeiras horas o delegado e a promotoria ficaram muito à vontade para acusar, fazer declarações e encaminhar o inquérito a seu bel-prazer, exatamente por não terem ninguém para contestá-los. (...) Fiquei chocado com aquilo que havia me tornado. Segundo os jornais, eu não era só uma pessoa passional, era um *plaboy*, um bagunceiro, um gigolô – homem perigosíssimo, procurado em todos os estados.¹⁴

Ou seja, para Angela já não existiam mais chances, nem mesmo de defesa, mas para Doca o tempo enquanto estava fugitivo, serviu para que o advogado armasse a defesa tão cara ao judiciário, e por que não à sociedade brasileira da época: Crime Passional que obtinha sempre uma diminuição da pena. Conforme o próprio Street:

Na verdade, queria me entregar. Só estava fugindo porque precisava descansar, precisava de amigos para me ajudar a pôr a cabeça no lugar e, principalmente, precisava de um advogado para me apresentar **da maneira certa**. A princípio, nem pensava na minha defesa: que a Justiça decidisse por quanto tempo e como deveria pagar pelo crime que tinha cometido. Só resolvi me defender porque a imprensa e a promotoria haviam criado um Doca que absolutamente não existia. Já estava com a vida arruinada, mas não podia deixar meus filhos e minha família passarem mais vergonha ainda por minha causa.¹⁵

A revista Exame, em novembro de 1991 publica, com autoria de Walcyr Carrasco a matéria intitulada O Destino de Doca Street. O repórter tentou entrevistá-lo, mas foi “enxotado” do lugar. E segundo Carrasco:

A irritação com a imprensa e o medo da exposição pública são traços que contaminam vários personagens que hoje cercam Doca Street, como se a imprensa fosse a responsável por seu crime. As pessoas em torno de Doca parecem acreditar que sim, como se não o gesto, mas a notícia, fosse o grande vilão da história. (...) O fato é que, se a vida de Doca teve momentos ruins, eles foram, em comparação com os comuns dos mortais, menos sofridos do que certamente seriam para um criminoso sem alguns de seus dons. Um deles é o berço: a tradicional família Street perdeu boa parte da fortuna na crise de 1929, mas não a pose. Doca cresceu cercado de bons contatos, que o ajudariam nas horas difíceis. O charme também foi um fator inegável para aplinar as arestas da vida¹⁶

Pode-se afirmar diante de tantos assassinatos de mulheres, das reduzidas penas a que se submetem os homens, que não só Minas Gerais, mas no restante de todo este imenso país a cultura, o preconceito, os paradigmas que ditam papéis e posturas femininos e masculinos,

¹⁴ STREET, Doca. *Mea Culpa*. p. 15 e 17

¹⁵ Idem. P. 22. (Grifos meus)

¹⁶ CARRASCO, Walcyr. O Destino de Doca Street. *Revista EXAME VIP*. Ano 06, nº 11, novembro de 1991,p.48.

exercem ainda no século XXI, influências suficientes para que se estuprem, espanquem e matem mulheres e mesmo assim perdoem seus algozes?

Cabe salientar que as mulheres expostas à violência masculina carregaram vários rótulos: “vítimas”, “rés” ou “heroínas”. O processo de vitimização e culpabilização é utilizado por homens e mulheres. Porém, é necessário rever processos e cada caso em particular para que se possa transpor essas formas de pensar e agir, percebendo ou não a cumplicidade explícita ou implícita entre gêneros.

Saffioti e Almeida ressaltam que:

(...) necessário se faz romper a ideologia do vitimismo e discutir como mulheres e homens participam da definição dos seus lugares e compactuam com a diferenciação e hierarquização de papéis que se constroem em múltiplos espaços societários; e, ao mesmo tempo, como lhes é possível romper este esquema estratificado e de sujeição.¹⁷

Pensar nas relações de gênero é pensar essencialmente nas relações de poder. Homens e mulheres buscam, em uma luta cotidiana o lugar de destaque, de mais poder. Ambos os sexos carregam o machismo, e porque não dizer sexismo como pressuposto de construção dos papéis sexuais e acabam transmitindo e educando seus filhos nos paradigmas socialmente aceitos. Ser diferente, fugir às regras pré-determinadas é sempre visto pela sociedade, de forma geral, como coisa ruim. A mulher que deveria seguir o modelo de boa filha, mãe, esposa e dona de casa, reprodutora, passa à prostituta quando muda de conduta, perde a honra. Pior que isso: mancha a honra de outro. Como se isso fosse possível, pois a honra é da própria pessoa. Não pode ser transferida para ninguém. Assim também o homem deveria cumprir um papel, o de provedor, e bom pai, “bom marido”. Quando se torna bêbado, agressor, não trabalhador, adúltero, deixa de cumprir seu principal papel de ser produtor.

Assim vamos lutando contra essa cultura e tradição que não nos permite modificar a sociedade em que vivemos. Acreditamos que algumas mudanças podem ser possíveis dentro das escolas. Junto às crianças que sem serem totalmente modeladas, ainda fogem das construções sociais dos papéis sexuais. É nelas que depositamos a esperança de alterações sociais, de grandes transformações que nos permitam entender e praticar a alteridade. Que nos permitam dizer e praticar: **QUEM AMA NÃO MATA!**

Referências

Bibliografia

¹⁷ SAFFIOTI, HELEIETH, Iara Bongiovani e Almeida Suely Souza. *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, p. 185.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PUGA DE SOUSA, Vera Lúcia. Internatos. *Caderno Espaço Feminino*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da UFU. Gráfica da UFU, Uberlândia, V.1. nº1. p. 37-61, jan/jun 1994.

SAFFIOTI, HELEIETH, Iara Bongiovani e Almeida Suely Souza. *Violência de Gênero. Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SIDEKUM, Antonio. Cultura e Alteridade. In: TREVISAN, Amarildo Luiz e TOMAZETTI, Elisete M. (Orgs). *Cultura e Alteridade*. Confluências. Ijuí: Editora Unijui, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para Excluir. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. (Orgs.) *Habitantes de Babel*. Políticas e Poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 121.

Fontes

CARRASCO, Walcyr. O Destino de Doca Street. *Revista EXAME VIP*. São Paulo, Ano 06, nº 11, novembro de 1991.

LOUZEIRO, José. As Cinderelas Desencantadas. A Fama e o Drama de Angela Diniz. *Manchete*. Rio de Janeiro, 1995.

SCHWARTZMAN, Salomão. Doca – porque matei a mulher que amava. *Manchete*. Rio de Janeiro, Ano 24, nº1293.

STREET, Doca. *Mea Culpa*. O depoimento que rompe 30 anos de silêncio. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

Recebido em 21 de setembro de 2014; aprovado em 23 de fevereiro de 2015.